



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1005848-09.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento Indevido**  
 Requerente: **Bycomex Trade Assessoria Aduaneira e Logística Ltda**  
 Requerido: **Banco Bradesco Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BYCOMEX TRADE ASSESSORIA ADUANEIRA E LOGISTICA LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Banco Bradesco Sa, também qualificado, alegando possuir conta corrente junto ao banco requerido e que em 05/06/2017 teria sido vítima de um golpe, pois teria recebido ligação telefônica do suposto gerente administrativo da empresa *RR Comércio de Equipamentos LTDA* informando que havia realizado um depósito no valor de R\$ 36.000,00 na conta corrente da empresa que pertence ao requerente por erro, pois pretendia realizar o depósito na conta da empresa *Factoring* e que diante disso o gerente administrativo teria solicitado a devolução dos valores depositados erroneamente em favor de *Willian Pereira Borges, Conta nº 27773-8, agência 2793*, o que o requerente prontamente efetuou; entretanto, a central de segurança do Banco Bradesco alertou que poderia haver fraude no depósito efetuado, uma vez que o CPF de *Willian Pereira* estaria recebendo uma quantidade elevada de valores e que, por isso, iria bloquear temporariamente a operação de transferência, obtendo informação do banco requerido que o cancelamento efetivo da operação depende de decisão judicial, salientando que registrou Boletim de Ocorrência, à vista do que requer que seja declarada a ocorrência de fraude na operação bancária com a consequente devolução dos valores, além de custas processuais e honorários advocatícios.

O requerido, citado, deixou de contestar o feito, tornando-se revel.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível com fundamento no art.355,inciso II, do NCPC. Os direitos em questão são patrimoniais disponíveis, pelo que não há nenhum obstáculo à produção dos efeitos mencionados no art. 344 do NCPC.

Contudo, não é absoluta a presunção da veracidade gerada pela revelia, não afastando a função jurisdicional para analisar a autenticidade dos fatos apontados na exordial como também a possibilidade destes.

Cumpre, em primeiro lugar, considerar que ainda que se admita que a hipótese em apreço encerraria natureza típica de consumo, a inversão do ônus probante não é automática, pois, a inversão do ônus probatório geralmente acontece porque o fornecedor eventualmente pode dispor de maiores facilidades para viabilizar a produção probatória, pela sua própria condição, mas, ressalte-se, tal inversão não é automática e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

depende da verificação se no caso estão preenchidos os requisitos legais, quais sejam, a hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança de suas alegações, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC, o que não se verifica no presente caso.

Logo, não há se pretender qualquer inversão de ônus probatório.

A partir dessa premissa cumpre-nos considerar, com o devido respeito à autora, que o extrato juntado às fls. 20/21 não pode ser tomado como prova segura de sua afirmação de que, do lançamento do depósito de R\$ 36.000,00, não constava informação de restrição, de sujeição a uma futura liberação ou mesmo de que tal saldo estaria bloqueado. Consta a informação de que trata-se de depósito "BDN", ou seja, o depósito foi realizado em caixa de autoatendimento, que da rede Bradesco denomina-se Dia e Noite.

É de conhecimento público e notório que os depósitos realizados em caixas eletrônicos ficam sujeitos a conferência do envelope, que o valor apontado na conta corrente está sujeito a conferência.

A autora não contatou o banco réu antes de efetuar a transferência, também não apresentou nos autos consulta do saldo no momento da transferência o que permitiria observar as possíveis anotações de '*saldo bloqueado*'. Realizou o depósito ao estelionatário de imediato e antes de aguardar a efetivação/confirmação de depósito, antes do encerramento do expediente bancário, por sua conta e risco, o valor de R\$36.000,00. Somente contatou o banco réu em momento posterior quando se deu conta de que havia caído em um golpe.

A autora agiu com negligência delegando ao banco a responsabilidade por algo que a si própria competia, pois deveria verificar se o valor depositado já estava efetivamente à sua disposição em sua conta corrente.

O Código de Defesa do Consumidor prevê em seu art. 14, §3º, II que o fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. E no caso dos autos, não houve defeito da prestação do serviço, uma vez que o dano relatado decorreu de culpa exclusiva da vítima.

Ademais, há entendimento sedimentado de que o fato de terceiro apto a afastar a responsabilidade deve equiparar-se ao caso fortuito externo, isto é, aquele impossível de ser previsto, evitado e que não se liga à atividade do prestador de serviço.

Nesse sentido, a Súmula nº 479 do egrégio S.T.J.: "*As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias*".

Destaco que a posição jurisprudencial não é diversa: "**AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS – Autora que suspeitava de golpe perpetrado por terceiros e efetuou estorno sem checar se o dinheiro já se encontrava disponível na sua conta bancária – Ausência de falha na prestação de serviços fornecidos pelo banco réu – Culpa exclusiva da consumidora - Art. 14, §3º, II, CDC – Sentença de improcedência mantida – RECURSO DESPROVIDO**". (cf. A 1034567-18.2015.8.26.0001 – TJSP - 17/05/2017).

Como também: "**RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano material – Depósito feito em terminal de autoatendimento – Golpe do envelope vazio – Devolução ao depositante de valor depositado a mais – Pleito de devolução - Improcedência – Eventual reconhecimento de relação de consumo, porém, que não conduz à automática inversão do ônus probatório – Depósito feito em terminal de autoatendimento, conforme extrato**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

*bancário – Necessidade de aguardar a verificação e validade da operação - Hipótese em que a autora assumiu o risco pela operação irregular e não agiu com a cautela necessária no sentido de diligenciar junto a agência para verificar a regularidade da operação – Ausência de ato ilícito a ensejar a indenização pleiteada – Sentença mantida - Recurso não provido". (cf. Ap 1024396-85.2014.8.26.0405 – TJSP - 10/05/2017).*

À vista dessas considerações, não há, com o devido respeito, como se admitir a tese da autora de que tenha havido falha no serviço do banco réu.

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, proposta por BYCOMEX TRADE ASSESSORIA ADUANEIRA E LOGISTICA LTDA contra Banco Bradesco Sa, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 14 de novembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**